

Dominação e Resistência

Há dois anos, o dossiê do vol. 23, n. 42 (jan./jun. 2019) de *Lutas Sociais* foi intitulado Pontos de Neblina. E tanto havia que era quase impossível olhar para a frente sem vislumbrar despojos. A situação mudou, pois eles nos rodeiam e os visíveis sinais de uma profunda crise exigem esforços redobrados para que saibamos distinguir novas modalidades de dominação e opressão e saber como e quando situá-las como prováveis pontos de possíveis embates. Talvez este seja o motivo mais importante da presença, neste número, de temas pouco abordados nas Ciências Sociais contemporâneas.

Ao longo de um excelente desdobramento das teses sobre acumulação por expropriação, Sílvia Beatriz Adoue e Francisco Álvarez examinam as novas configurações da corrente imperialista, sempre em conexão com sociedades que, dado o seu caráter ancestral, poderiam parecer imunes aos processos de produzir de valor. A referência factual adotada pelos autores está em uma substância utilizada pelos Mapuches e apropriada como objeto de pesquisa por universidades públicas em estreita relação com grandes capitais privados nativos e/ou imperialistas. Neste circuito, a produção científica se introduz como geradora de valor, ao mesmo tempo em que o processo de expropriação atinge conhecimentos produzidos por um povo dotado de ancestralidade em que inexistia lugar para a propriedade privada.

No Brasil, o principal centro dinamizador da produção teórico-empírica de orientação althusseriana encontra-se no estado de São Paulo. Mas é importante observar a importância, durante a ditadura militar, de um grupo localizado no Rio de Janeiro, com grande destaque para as posições de Carlos Henrique Escobar ao longo de uma fascinante trajetória teórico-política. João Pedro de Souza Barros Santoro Luques, ao fazer este levantamento, também contribui para enriquecer o intenso debate, que até hoje se desdobra entre os althusserianos, a respeito das teorizações sobre ideologia(s) em tempos nos quais as referências a ela(s) voltaram a adquirir, mesmo na defesa de políticas adequadas, forte conotação positivista.

Os textos do dossiê, *Dominação e Resistência*, também abordam temas de grande importância teórica, mas atualmente pouco estudados nas Ciências Sociais. O que nos impõe um desafio político e, ao mesmo tempo, científico. Evitar a unilateralidade e dirigir o foco para fortes bloqueios às lutas dos dominados e explorados; e, por outro lado, para vitórias que, mesmo pequenas e/ou eivadas de contradições, derivam de resistências efetivas que fincam os pés no presente e, a exemplo de outros lugares e momentos, sinalizam embates mais amplos e profundos.

Neste sentido, Ilse Gomes Silva aborda um dos mais impactantes fenômenos políticos deste início de século XXI na formação social brasileira: o surgimento relativamente abrupto de um neofascismo que se enraizou fortemente na formação

social brasileira. É impossível superestimar a importância do tema em termos nacionais e, dada a importância deste país, em escala mundial. Eliel Machado examina um tema que acompanhou o processo de mutação da socialdemocracia europeia e, por um certo tempo, foi debatido no Brasil. Trata-se dos impactos estruturais do capitalismo sobre os partidos de base operária e popular quando estes participam do processo eleitoral. Como afirma o autor, esta integração não é inevitável, o que exclui qualquer abstencionismo de princípio. Mas ignorar os fatores objetivos que a favorecem é a melhor forma de possibilitá-la. A principal referência para a análise é o lulismo, cujos impactos integracionistas adquiriram, segundo Machado, forte presença no movimento operário brasileiro já no final dos anos 1970.

Marcelo Buzetto faz um importante levantamento das lutas antifascistas no período 1922-1945, assim como da atual onda bolsonarista que rapidamente se espalhou pelo país. O estudo do fascismo clássico é feito a partir de perspectiva antifascista, a qual contribui para enriquecer a cientificidade da abordagem. O mesmo se aplica às referências aos brasileiros e às brasileiras que se destacaram na luta contra o fascismo em tempos que pareciam apontar para o fim da História. O exame de suas práticas é importante para a definição de perspectivas de enfrentamento do atual avanço da barbárie.

Adriana Eiko Matsumoto e Weber Lopes Góes fazem, inicialmente, uma abordagem histórica da eugenia e, em seguida, das relações entre ela e a criminologia. Esta abordagem se desdobra na análise da forte presença da eugenia nos procedimentos de avaliação individual dos presos, o que passa pela interferência de parte do judiciário nos procedimentos adotados por profissionais da Psicologia. Ao analisarem essas relações complicadas, Adriana e Weber trazem à luz práticas discriminatórias que se apresentam como científicas, mas, objetivamente, contribuem para a reprodução de relações sociais de dominação e opressão.

Darren Roso e Fabio Mascaro Querido, por meio da análise da trajetória de um extraordinário intelectual e ativista, Daniel Bensaïd, fazem, indiretamente, um balanço de duas fases de um longo período: daquela em que se adotava a perspectiva da “atualidade da revolução” (inspiração lukacsiana) e dos “sombrios anos 80”, que despertariam o interesse para as reflexões sobre a História elaboradas por Walter Benjamin. Do ímpeto revolucionário à aposta melancólica, sempre às voltas, de diferentes modos, com a noção de crise revolucionária, Bensaïd manteve o fio condutor que lhe permitiu contribuir para o desenvolvimento de uma importante vertente do marxismo atento às necessidades de renovação.

No interior de outra vertente do marxismo, Luiz Felipe Leão Maia Brandão aborda um problema que, em aparente paradoxo, praticamente desapareceu das reflexões contemporâneas de inspiração marxista, deixando o debate a cargo, no espaço acadêmico, para formulações inseridas na tradição weberiana: as relações entre violência e política, mais precisamente nos processos revolucionários

transcorridos nas lutas de libertação nacional. A análise se volta para o caso moçambicano. Para além da dicotomia puramente ideológica entre violência e política, o autor procura destacar as distinções entre, por um lado, o recurso à violência na luta contra a dominação colonial-imperialista, e, por outro, a violência exercida a partir do novo aparelho estatal, o que tenderia a produzir bloqueios objetivos ao processo revolucionário.

Zulene Muniz Barbosa e Saulo Carneiro de Oliveira abordam, nesses tempos difíceis, um processo de luta por meio do qual se (re)constitui um segmento específico das classes populares brasileiras: a população quilombola de Alcântara, no Maranhão, que, em defesa da titularização de seus territórios, se defronta com o aparelho estatal brasileiro.

Enfim, duas quase “teimosias” teórico-políticas. Aproxima-se de seis décadas o bloqueio que a principal potência imperialista do planeta impõe a Cuba, algo sem similares na História contemporânea e que a maioria dos países atuais não teria condições de suportar. Por que Cuba incomoda tanto? Por que desperta um ódio equivalente ao dirigido pelos escravistas brasileiros e estadunidenses em relação à independência do Haiti? Quantos países Cuba invadiu? De quais territórios estrangeiros se apropriou? Talvez o conhecimento da história deste país contribua para atenuar o ódio e estimular o conhecimento tão objetivo quanto possível da sociedade cubana.

Neste sentido, encerramos o dossiê com dois artigos a respeito daquele pequeno e combativo país cuja população é menor do que o número de desempregados no Brasil e, apesar da falta de quase o que se considera indispensável consumir, nenhuma criança dorme ao relento, produziu e distribuiu vacinas em tempos difíceis para todo planeta, educa as crianças e tem um histórico notável em termos de solidariedade internacional. O dossiê se encerra com um artigo no qual Luis Suárez Salazar analisa a importância da histórica *Declaración de La Habana*, de 04 de fevereiro de 1962; e outro no qual Lúcio Flávio de Almeida aborda a necessidade de se retomar a luta teórico-ideológica em torno de perspectivas de ordenamentos democráticos que contribuam para transformações sociais.

Três resenhas fecham este número de *Lutas Sociais*. Luís Eduardo Motta examina o livro de Leonardo Granato, *O Estado latino-americano: teoria e história*; Carlos Wellington Soares Martins apresenta, de Sherry Wolf, *História, política e teoria da libertação LGBT*; e Waldir Rampinelli expõe bons motivos para lermos *Guerra do Contestado: a Organização da Irmandade Cabocla*, de Marli Auras.

Desejamos a vocês, leitoras e leitores, uma excelente leitura e, como sempre, estaremos atentos(as) às mensagens críticas que nos enviarem.

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida
Editor